

O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: jovengeo@yahoo.com.br

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: sobreirounesp@gmail.com

Adolfo Oliveira Neto

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
E-mail: adolfoneto@ufpa.br

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o rural e o urbano no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (RMB), Pará, no início do século XXI. Tal perspectiva, faz-se relevante enquanto possibilidade para se compreender a condição espacial de Ananindeua, como espaço marcado por ruralidades e urbanidades, por convergências socioespaciais e dinâmicas territoriais inerentes ao processo de globalização, expressas nas formas espaciais e nos conteúdos urbanos que, longe de constituírem tão somente manifestações das determinações impostas pela produção capitalista do espaço, exprimem ou permitem revelar uma realidade social complexa e diversa, marcada por práticas espaciais que encontram-se associadas a movimentos de (re)existência de camponeses das franjas urbanas denotando a coexistência de um mosaico de múltiplos territórios e territorialidades nos quais a relação urbano-rural, campo-cidade permitem revelar a condição espacial de Ananindeua como espaço de coexistência e de (re)existência, as contradições inerentes ao processo de reestruturação e produção do capital no espaço, bem como, a reprodução das relações sociais de produção.

Palavras-chave: Rural-Urbano; campo-cidade; condição espacial; Ananindeua; Pará.

The rural and the urban in the metropolitan amazon: relationships from Ananindeua, Pará

Abstract

This article aims to analyze the rural and urban in the city of Ananindeua, Metropolitan Region of Belém (RMB), Pará, at the beginning of the 21st century. This perspective becomes relevant as a possibility to understand the spatial condition of Ananindeua, as a space marked by ruralities and urbanities, socio-spatial convergences and territorial dynamics inherent to the globalization process, expressed in spatial forms and urban contents that, far from Are merely manifestations of the determinations imposed by the capitalist production of space, express or permit to reveal a complex and diverse social reality, marked by spatial practices that are associated with peasant (re) existence movements of urban fringe dwellers denoting the coexistence of a mosaic of multiple territories and territorialities in which the urban-rural, countryside-city relationship reveals Ananindeua spatial condition as a space of coexistence and (re) existence, the contradictions inherent to the process of restructuring and production of capital in space, as well as the reproduction of social relations of production.

Keywords: Rural-urban; field-city; spatial condition; Ananindeua; Pará.

El rural y el urbano en la Amazonia metropolitana: reflexiones a partir de Ananindeua, Pará

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el rural y el urbano en el municipio de Ananindeua, Región Metropolitana de Belém (RMB), Pará, a principios del siglo XXI. Tal perspectiva, se hace relevante como posibilidad para comprender la condición espacial de Ananindeua, como espacio marcado por ruralidades y urbanidades, por convergencias socioespaciales y dinámicas territoriales inherentes al proceso de globalización, expresadas en las formas espaciales y en los contenidos urbanos que, lejos de que constituyen tan sólo manifestaciones de las determinaciones impuestas por la producción capitalista del espacio, expresan o permiten revelar una realidad social compleja y diversa, marcada por prácticas espaciales que se encuentran asociadas a movimientos de (re) existencia de campesinos de las franjas urbanas denotan la coexistencia de un mosaico de múltiples territorios y territorialidades en los que la relación urbano-rural, campo-ciudad permiten revelar la condición espacial de Ananindeua como espacio de coexistencia y de (re) existencia, las contradicciones inherentes al proceso de reestructuración y producción del capital en el espacio, así como la reproducción de las relaciones sociales de producción.

Palabras clave: Rural-urbano; campo-ciudad; condición espacial; Ananindeua; Pará.

Introdução

Localizado no Nordeste do Estado do Pará, o município de Ananindeua¹ (mapa 1), atualmente se apresenta como um espaço marcado por “acúmulo de tempos” (SANTOS, 1993; SANTOS, 1998) e convergências de modos de vida que se relacionam conflituosamente e/ou solidariamente. Em outras palavras, podemos pensar que as diversas temporalidades, modos de vida, espacialidades, densidades, velocidades e lógicas convivem e, portanto, expressam uma configuração territorial complexa, singular e ao mesmo tempo plural, bem como também embotada de intersubjetividades rurais-urbanas.

Resultado de múltiplas e diversas manifestações dos fenômenos urbanos e rurais na Amazônia, o respectivo município configura-se como espaço de intensas e aceleradas transformações socioespaciais, sobretudo a partir dos anos 2000, como produto dos processos de urbanização extensiva do espaço amazônico (MONTE-MOR, 1998) e de metropolização do espaço belenense, processos estes que vem contribuindo para a produção de relações urbanas e rurais diversas e desiguais.

¹ O mapa 1 permite identificar a situação geográfica do município de Ananindeua no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua delimitação político-administrativa da área rural e da área urbana, bem como, a morfologia da estrutura dos arruamentos.

As determinações impostas pela produção capitalista do espaço em Ananindeua exprimem ou permitem revelar uma realidade social complexa e diversa, marcada por práticas socioespaciais que encontram-se associadas a movimentos de (re)existência de moradores das franjas urbanas, dos espaços de especulações e dos espaços rurais (camponeses, ribeirinhos, quilombolas, movimentos socioterritoriais de luta por moradia) denotando múltiplos territórios compostos por um mosaico de elementos singulares da relação urbano-rural, que expressam a um só tempo, a condição espacial de Ananindeua, as contradições inerentes ao processo de produção do capital no espaço, bem como a reprodução das relações sociais de produção e os modos de vida.

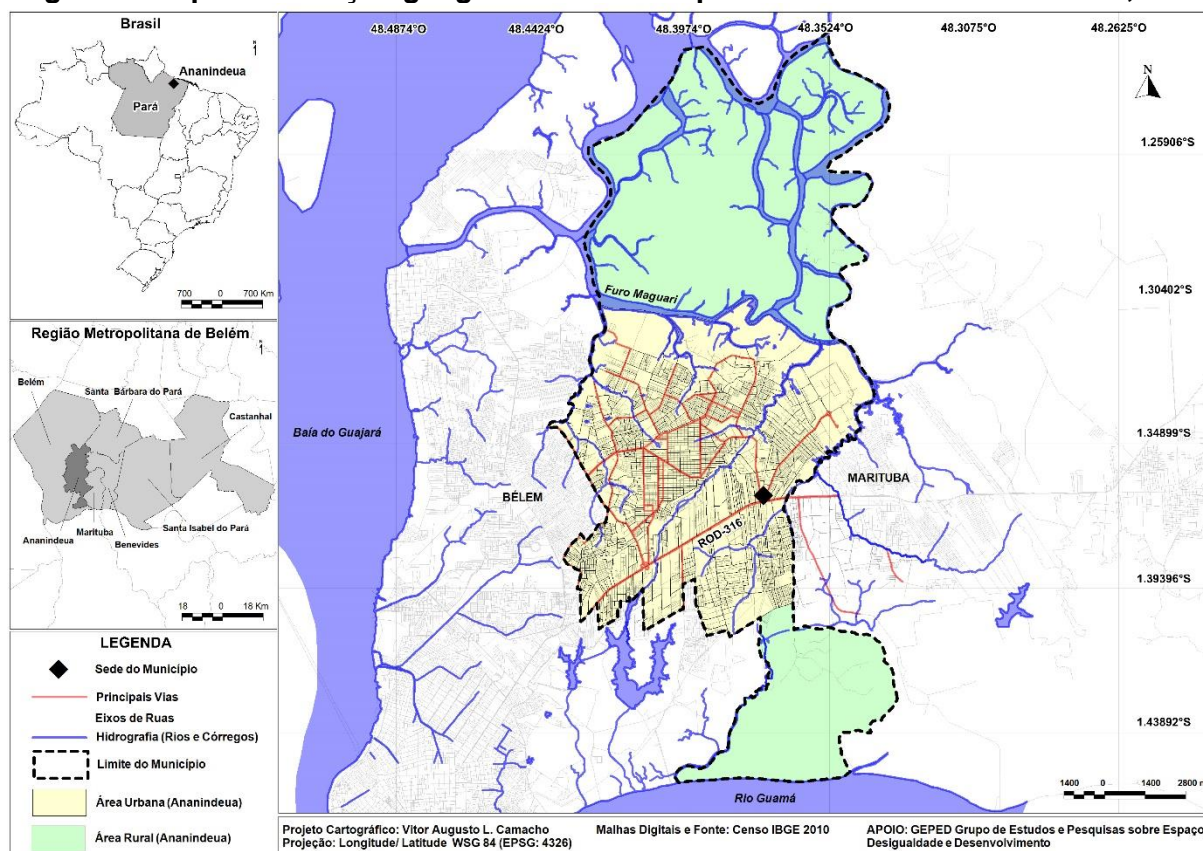
A coexistência do rural e do urbano constituem ainda como resultado de espacialidades e de territorialidades engendradas num contexto de incorporação desigual da Amazônia na divisão territorial do trabalho e dos novos nexos da globalização reeditando o processo de produção do espaço, tendo a urbanização extensiva (MONTE-MOR, 1998) do espaço amazônico como uma condição para a reprodução do capital no território metropolitano.

A perspectiva metodológica de pesquisa se embasa numa preocupação que demanda imbricamento teórico e operativo para melhor realizar as análises das contradições territoriais imanentes à produção do espaço e reprodução do espaço urbano e rural aos auspícios do pensamento dialético. Do ponto de vista dos procedimentos operativos, efetuamos levantamento e análise bibliográfica e documental, registros fotográficos, observações sistemáticas qualitativas, produção cartográfica e pesquisa de campo. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas, que se constituíram como elementos importantes para o entendimento das relações rural-urbano e cidade-campo. Com efeito, o rural e o urbano em Ananindeua expressa a condição espacial do lugar, a reprodução das relações sociais de produção, as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual reveladas nas relações campo-cidade, bem como espacialidades e territorialidades diversas e desiguais elementos que para além de demonstrarem a precarização e a pobreza revelam as (re)existências.

O artigo encontra-se subdividido em cinco partes complementares. Na primeira apresentamos uma breve abordagem aos conceitos de rural e urbano. A segunda parte é marcada por uma contextualização da formação do município e da cidade de Ananindeua no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB). Por sua vez, a terceira parte consiste na análise da relação campo-cidade, abordando expressões da paisagem, as dinâmicas e contradições socioespaciais. Na quarta parte focamos especificamente na condição espacial em Ananindeua, abordando de maneira específica as condições de reprodução social dos camponeses das franjas urbanas no Bairro do Curuçambá. Por fim, apresentaremos as considerações finais, que constituem momento no qual esboçamos algumas reflexões que permitem pensar elementos gerais, as particularidades e singularidades do espaço

ananindeuense, enquanto síntese de contradições, coexistências e (re)existências inerentes à condição espacial rural e urbana de Ananindeua.

Figura 1: Mapa de situação geográfica do Município e da cidade de Ananindeua, Pará



O Rural-urbano: revisão crítica a algumas perspectivas teóricas

O rural e o urbano constituem termos que apresentam contornos, recortes, composicionalidades e significados específicos de acordo com os campos do saber, com as particularidades e singularidades dos lugares e suas representações políticas, simbólicas e culturais embotadas de intencionalidades. Considerando a importância de se pensar os debates acerca do rural e do urbano na Amazônia para melhor se compreender não somente as especificidades, mas também suas interpenetrações dialéticas, duas indagações se fazem importantes *a priori*: Como apreender o rural e o urbano? Quais perspectivas teóricas podemos acionar para refletir acerca do urbano e rural amazônico?

A respeito da primeira indagação, Endlich (2006) adverte-nos para o fato de que pensar a sociedade atual requer que possamos estabelecer mediações, associações e/ou vinculações com o urbano, posto que a civilização contemporânea caracteriza-se por uma

condição urbana expressa tanto nas formas espaciais, quanto nos conteúdos urbanos metropolitanos ou não metropolitanos (CARLOS, 2014; CARLOS, 2015).

De um ponto de vista pragmático, o estabelecimento dos limites do rural e do urbano continua sendo motivo de preocupação e de muita imprecisão, sobretudo no que tange às delimitações de perímetros urbanos e rurais e classificação de áreas para fins estatísticos (ENDLICH, 2006). Neste sentido, os limites oficiais e/ou delimitação administrativa têm sido utilizados como adjetivos territoriais enquanto elementos para expressar as diferenciações entre o rural e o urbano, perspectiva esta que tende a auxiliar o poder público na constituição de planos, programas e projetos (ENDLICH, 2006).

Não obstante, a adoção de tal limite sem nenhum outro critério, frequentemente utilizado por parte de prefeituras municipais via Lei Orgânica municipal para diferenciar áreas urbanas de áreas rurais (normalmente sem estudo prévio por parte das câmaras municipais de diversas cidades amazônicas que costumam replicar tal prática de maneira a atender seus interesses) implica em sérios problemas para efeito de uma análise interpretativa mais fiel à realidade social do lugar. A título de exemplificação temos o município de Tucuruí, no Sudeste do Estado do Pará, que em seu zoneamento municipal estabelece a Vila Permanente como Zona Rural. Não obstante, tal espaço possui um conjunto de dinâmicas urbanas com presença de um hospital regional, supermercados, farmácias, bancos, laboratórios, hospitais particulares, dentre outros estabelecimentos comerciais e de serviços públicos e privados, fluxos de mercadorias, serviços e pessoas, que expressam a centralidade urbana do lugar. Tais afirmações constam nos estudos realizados por Rocha (2008) que caracterizou tal espaço como “*Company Town*”, “Cidade Companhia” espaço construído para abrigar trabalhadores durante e depois da construção da hidrelétrica de Tucuruí.

Ao seu modo, Abramovay (2000) levanta a necessidade de definição de um patamar demográfico como elemento a ser considerado para se estabelecer uma diferenciação entre o rural e o urbano. Segundo a perspectiva deste autor, a concentração e/ou aglomeração demográfica expressaria o urbano, ao passo que o rural definir-se-ia como sinônimo de dispersão.

Por sua vez, a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico – OCDE define o rural como espaço que apresenta menor densidade demográfica quando comparado com o meio urbano (ENDLICH, 2006). Para o caso do Brasil, considerando os parâmetros da OCDE, somente seriam urbanos os espaços que apresentassem densidade demográfica superior a 150 habitantes por Km² (BERNADELLI, 2006).

As reflexões de Abramovay (2000) e Veiga (2002) vão ao encontro desta perspectiva, guardadas as suas especificidades, à medida em que os autores em questão propõem que se considere três elementos para a definição do rural: 1) o tamanho populacional, 2) a densidade demográfica e 3) localização. A metodologia desenvolvida por Veiga (2002) para

pensar o Brasil rural, que considera os respectivos indicadores, aponta que apenas 411 dos 5507 municípios brasileiros existentes nos anos de 2000 seriam urbanos. Em outras palavras, cerca de 80% dos municípios brasileiros poderiam ser considerados como rurais.

Ainda para Veiga (2002) a densidade demográfica seria o critério mais importante a ser adotado para estabelecer diferenciações entre o rural e o urbano. Veiga (2002) ressalta também que o desenvolvimento rural no Brasil deveria apontar para uma reflexão acerca da necessidade de se promover a “revalorização do ambiente natural” de maneira a questionar ou mesmo negar a perspectiva da “urbanização do campo”.

Endlich (2006) ressalta que o uso isolado deste critério expressa uma incompreensão do urbano do ponto de vista dos conteúdos socioespaciais, dos processos e das dinâmicas socioterritoriais inerentes à realidade social brasileira. Tal perspectiva tende a reforçar a dicotomia rural *versus* urbano, campo *versus* cidade, impedindo-nos de pensar as ruralidades, urbanidades, processualidades inerentes a diversidade do urbano e suas manifestações socioespaciais.

Uma terceira perspectiva desenvolvida nas reflexões de Beaujeu-Garnier (1997) ressalta que o rural reuniria percentual significativo da população envolvida em atividades primárias, ao passo que a população urbana estaria envolvida em atividades secundárias e terciárias. Do ponto de vista de um entendimento acerca do novo rural e do novo urbano brasileiro, Santos (1993) propõe que a clássica divisão rural e urbano no Brasil (que centra-se em abordagem das diferenciações por setores econômicos), seja substituída pela divisão em dois subtipos, quais sejam: os espaços agrícolas e os espaços urbanos. Tais subtipos, segundo Santos(1993) permitiriam pensar as regiões agrícolas e as regiões urbanas², à medida que muitas regiões agrícolas (e não rurais) no Brasil contém cidades. Por sua vez, em determinadas situações geográficas, teríamos regiões urbanas que contém atividades agrícolas (SANTOS, 1993).

Santos (1993) afirma ainda que as enormes diferenças regionais em relação ao nível de desenvolvimento econômico oferecem problemas para a análise principalmente quando se considera algumas regiões “deprimidas”, marcadas por baixo nível de renda e modernização precária. Tais elementos tenderiam a reforçar a dependência funcional entre cidades (SANTOS, 1993).

Endlich (2006) e Bernadelli (2006) afirmam que diante dos desafios de análise do rural e do urbano, dadas as limitações de critérios normativos, necessitamos pensar o rural e o urbano a partir de suas relações, bem como, de sua historicidade e de sua geograficidade,

² Segundo Santos (1993) a região urbana tem sua unidade devido sobretudo à interrelação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, as quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. Por sua vez, a região agrícola tem sua unidade devida à interrelação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes (SANTOS, 1993).

considerando as metamorfoses dos territórios, bem como, as determinações processuais que vem contribuindo para a redefinição da condição social nos espaços rurais e urbanos.

Lefebvre (1969) apresenta-nos uma reflexão importante, como ponto de partida para pensarmos o rural e urbano. Para este autor, o rural designa uma condição de vida marcada por disposição técnica precária, por muito tempo de trabalho na produção da subsistência e por constituir-se em processo que não está isento das contradições que permeiam o capitalismo. Dentro dessa perspectiva, a comunidade rural consiste em uma forma de agrupamento social marcada pela relação de proximidade com a natureza, bem como, por singularidades em suas relações de trabalho (LEFEBVRE, 1969).

Por sua vez, o urbano representa uma condição social no qual torna-se possível a superação da precariedade, posto que as condições objetivas materiais e técnicas já existem (LEFEBVRE, 1969). Não obstante, a superação real da vida precária constitui ainda uma perspectiva do *devoir* diante das contradições impostas pelo modo capitalista de produção. Dessa maneira, o urbano concebido por Lefebvre como tendência de “urbanização completa da sociedade” pressupõe pensar as melhores condições materiais de vida e de trabalho humano. Tal condição urbana, enquanto perspectiva positiva da sociedade humana em formação, sinaliza para conquistas em relação à qualidade de vida nas relações humanas (LEFEBVRE, 2006).

Considerando a compreensão do urbano enquanto processo que se forma e se constitui no contexto da urbanização da sociedade, Lefebvre (2006) sugere que devemos pensar o rural e o urbano como processos relacionais, que se interpenetram, encontrando-se articulados, à medida em que o rural constitui momento de formação histórica da sociedade, encontrando-se imerso como parte do urbano, este último compreendido como totalidade em totalização.

Ainda para Lefebvre (1969), a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, como resultado da maneira contraditória como se desenvolve os valores de troca, fato que vem contribuindo para a permanência de “ilhas de ruralidade” em razão da implosão/explosão da cidade. Neste sentido, a relação urbano-rural intensifica-se, uma vez que estruturas agrárias dissolvem-se contribuindo para o afluxo de camponeses despossuídos de terra, que afluem para as cidades em busca de trabalho e subsistência (LEFEBVRE, 1969).

Lefebvre (1969) compreende as favelas como espaços que estabelecem a mediação entre o campo e a cidade, constituindo-se como condição para a reprodução das relações sociais de produção expressas a partir de um conjunto de precariedades e privações quando se considera o urbano enquanto positividade, ou seja, a sociedade urbana em vias de desenvolvimento socioespacial. Como podemos pensar tal afirmação quando consideramos a realidade brasileira e amazônica?

A esse respeito, Alonso & Castro (2016) afirmam que se tornou corriqueiro nos discursos das políticas públicas e nas práticas de planejamento urbano concebidas e implementadas para a Amazônia brasileira, analogias dicotômicas que associavam o urbano à modernização, ao moderno e “civilizado”; ao passo que o rural frequentemente vem sendo associado a ideia de “atrasado” e “não civilizado”. Seguindo esta perspectiva evolucionista, economicista e etnocêntrica, as populações amazônicas tendem a serem vistas a partir de estereótipos comumente associados a uma “racionalidade do atraso”.

As ideias apresentadas por Alonso & Castro (2016) permite que façamos uma reflexão crítica no sentido de superação de afirmações que tendem a colocar a técnica e a modernização como elementos de superação da condição rural na Amazônia. Compreendemos que a condição rural não está relacionada a um suposto “atraso” nos níveis de desenvolvimento da técnica e da modernização do território amazônico, mas ao processo de colonização que se impôs no âmbito da incorporação da Amazônia no contexto de mundialização do capital, cujas contradições estão expressas nas paisagens e configurações territoriais urbanas e rurais da Amazônia brasileira, a partir da reprodução de assentamentos urbanos precários, conflitos fundiários, concentração de terra, violência no campo e na cidade, segregação socioespacial, condições de vida precária em espaços urbanos e rurais.

Considerando as especificidades do espaço amazônico, entendemos que o rural-urbano necessita ser compreendido como **relação**, em razão da interpenetração, imbricamento e dialeticidade dos referidos processos. Por sua vez, o rural-urbano necessita ser apreendido também enquanto **condição** espacial, diante da necessidade de pensarmos a reprodução das relações sociais de produção no tempo histórico-geográfico. Ademais, mas não menos importante, o rural-urbano deve ser entendido como **contradição**, posto que tais processos não estão isentos da interferência das determinações inerentes ao desenvolvimento geográfico desigual e suas manifestações socioespaciais em escalas metropolitanas e não metropolitanas, no rural e no urbano como desigualdade socioespacial, processo este resultante da implosão/explosão da cidade. Com efeito, estas indagações nos remetem à uma tentativa de apresentar algumas perspectivas do rural e do urbano que ao nosso ver, constituem ponto de partida para o entendimento das relações rural-urbano, campo-cidade na Amazônia brasileira. Por fim, acreditamos que alguns aspectos são de suma relevância para pensar as perspectivas teóricas no que se refere ao rural urbano:

- Rural e Urbano não podem se restringir a requisitos meramente quantitativos. Concentração/aglomeração e dispersão enquanto sinônimos de critérios quantitativos desdenham das constituições subjetivas por trás do amplo conjunto de relações e subjetividades que povoam os modos de vida e, portanto, os espaços rurais-urbanos no Brasil e na Amazônia. Ademais, desmerecem uma imensa quantidade de modos de vida tradicionais promovendo um processo de homogeneização que empobrece a

leitura do campo e da cidade. A base central desta leitura pobre, homogeneizadora e, até certo ponto, positivista deriva do pensamento do Paradigma do Capitalismo Agrário e, portanto, é inadequada para se compreender a Amazônia e, sobretudo, o Rural e o Urbano;

- O modo de vida e as intersubjetividades também são aspectos imprescindíveis para compreendermos as relações e práticas do urbano e do rural, sobretudo na Amazônia. Isso pressupõe que a urbanização não é, ou ainda não foi, suficiente para extirpar do espaço os diferentes modos de vidas, as distintas lógicas-racionalidades espaço-temporais (SOBREIRO FILHO, 2016), bem como a dinâmica da natureza e a relação com o homem e vice-versa. Obviamente que os processos desenvolvidos em ambos os âmbitos (concentração de terras, êxodo, expropriações etc.) intensificam as relações intersubjetivas e as conexões. No entanto, tal perspectiva e as metodologias positivistas lastreadas em opções quantitativas implicam na homogeneização que ignoram o processo de recampesinização e territorialização de outras especificidades socioterritoriais (quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc.). Enfim, vale destacar que atende, expressivamente, aos interesses de classe;
- A relação entre sujeitos e temporalidade, em muitos casos, são tratadas de forma limitada e embotada de intencionalidades discriminatórias que não correspondem à realidade. Rapidez, lentidão, modernidade, atraso, precário, natureza, artificialidade, técnica etc. são embasados em princípios, quase sempre, neoliberais e/ou capitalistas que promovem uma colonização do instrumental teórico-analítico sobre o urbano e o rural. Vale destacar que o próprio processo de urbanização latino americano não significou a superação de vários problemas via-de-regra atrelados ao campo (atraso, miséria, lentidão, precariedade etc.). Tais circunstâncias reforçam a necessidade de uma perspectiva que permita pensar a indissociabilidade, conflitualidade e solidariedade para se compreender o rural-urbano;

Formação do município e da cidade de Ananindeua: uma breve periodização do rural ao rural-urbano

A gênese e formação do município e da cidade de Ananindeua está relacionada a um lento e paulatino processo de ocupação de terras por parte de escravos fugidos, que passaram a habitar áreas às margens dos Rios Guamá, Acará, Capim e Moju por volta da primeira metade do século XVIII (MARIN; CASTRO, 1999). Nestas circunstâncias espaço-temporais as formas de uso e apropriação do solo no respectivo território (parte Sul do atual

município de Ananindeua) estavam vinculadas a um modo de vida ribeirinho com predomínio de ruralidades.

No século XIX ocorreu um processo de ocupação de áreas ao Norte do atual Município de Ananindeua por caboclos ribeirinhos, no perímetro onde se localiza hoje os Bairros do Curuçambá e Distrito Industrial (SEROTHEAU, 2012). Naquele momento, as formas de uso e apropriação do respectivo espaço estavam atreladas a uma dinâmica ribeirinha, a lógica do valor de uso em detrimento do valor de troca, bem como à preponderância de ruralidades, sobretudo vinculadas as atividades extrativistas, caça e pesca.

O período que compreende entre o final do século XIX até a primeira década do século XX configurou um momento de transformações no território amazônico, com reverberações onde hoje corresponde ao município de Ananindeua. O “boom” da atividade da borracha na Amazônia, sobretudo a partir do final do século XIX, fortemente estimulado pelo processo de crescimento acelerado da indústria automobilística nos países desenvolvidos, contribuiu significativamente para induzir uma divisão territorial do trabalho na Amazônia e incorporação de novos sistemas técnicos no território amazônico (WIENSTEIN, 1993). É dentro deste contexto que na escala do território paraense ocorreu o impulso extraordinário na urbanização da capital paraense, fato que resultou em elevado crescimento econômico e demográfico na cidade de Belém, com aumento das demandas por produtos agrícolas (PENTEADO, 1967).

A instalação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) no ano final do século XIX, constituiu evento significativo do ponto de vista de incorporação de novas áreas do nordeste paraense no contexto das dinâmicas econômicas e espaciais de reprodução do capital, voltadas para o atendimento das demandas alimentares da capital paraense (PENTEADO, 1967).

Em escala local, a formação do povoado de Ananindeua no final do século XIX estava vinculado a estratégias e ações do governo provincial visando estimular o processo de colonização de terras férteis na Zona Bragantina, bem como, incrementar a produção de alimentos de maneira a atender o mercado regional e da capital paraense (MOREIRA, 1989). É neste sentido, que o referido povoado será alçado à condição de “Ponta de Trilho” da referida E.F.B. (PENTEADO, 1967) no ano de 1884, com a inauguração dos primeiros 14 quilômetros da E.F.B. que ligaria Belém ao povoado de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006). Tal evento possibilitou a implantação de colônias agrícolas e o surgimento de povoados nas imediações das paradas da Estrada de Ferro de Bragança – E.F.B. (PENTEADO, 1967).

No início do século XX o pequeno povoado de Ananindeua constituído nas imediações da E.F.B. logo ganharia novas dimensões e se articularia com o segundo núcleo do futuro distrito de Belenense, qual seja, a Vila Operária, localizada ao Norte da Estação da referida E.F.B. (ANANINDEUA, 2006). A construção da referida Vila teve sua gênese associada às atividades extrativas de Madeira, de maneira a abastecer as caldeiras *Parah Electric Railways*

and Lighting Company, criada em 1902 (ANANINDEUA, 2006). No ano de 1916, a respectiva empresa inglesa supracitada vendeu esta área do distrito de Ananindeua para a empresa *Sounders & Davis* que ali implantou o Curtume do Maguari (CASTRO, 2009). A implantação do Curtume Maguari contribuiu para a formação da Vila Operária, posteriormente denominada Vila Maguari, considerada como a primeira forma de aglomeração com características urbanas em Ananindeua (CASTRO, 2009).

Os anos que compreendem entre 1920 ao final da década de 50 na escala da Amazônia brasileira é compreendido como um período de decadência econômica e da rede urbana amazônica em razão do declínio da atividade da borracha, produto que fomentou fortemente a economia amazônica entre meados do século XIX e no início do século XX (CORREA, 1988; RODRIGUES, 1997). Em escala local, evidenciamos a fase de continentalização da cidade de Belém, com expansão de seu perímetro urbano e incorporação de áreas rurais ao respectivo perímetro urbano (MOREIRA, 1989). É neste contexto que a Implantação do Curtume Maguari e a instalação e funcionamento da E.F.B. irão contribuir para a produção de uma divisão social do espaço marcado por diferenciações socioespaciais tanto no âmbito das relações campo-cidade em Ananindeua, quanto do ponto de vista das ruralidades e urbanidades que passam a se desenvolver, vinculados não apenas a valores de uso mas também a valores de troca (CASTRO, 2009).

Segundo Castro (2009), na década de 1940, Ananindeua era apenas um distrito de Belém. Tal situação mudou no ano de 1943, quando no dia 30 de dezembro do mesmo ano, por meio do Decreto-lei Estadual nº 4.505, o Interventor Federal Magalhães Barata promulgou a criação do município de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006)³. Não obstante, sua sede municipal foi reconhecida como cidade apenas no dia 31 de dezembro de 1947, sendo composta pela sua sede e pelos distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari (CASTRO, 2009). Tal qual aconteceu com Ananindeua em relação a Belém, seus distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari foram desmembrados para a criação do município de Benevides pela Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961 (ANANINDEUA, 2006).

A distribuição populacional do município de Ananindeua, segundo o Censo de 1950 indicava a clara condição de município eminentemente rural, uma vez que, dos seus 13.303 habitantes, aproximadamente 1.000 pessoas ocupavam as cerca de 120 casas existentes na sede municipal (ANANINDEUA, 2006).

Do ponto de vista da produção, Ananindeua apresentava na condição de terceiro maior município do estado do Pará em número de indústrias, tendo no Curtume Maguari a sua mais

³ No ano de 1948, quando o município de Ananindeua já possuía 13 mil habitantes, deu-se início a uma luta jurídica entre os herdeiros das terras do Abacatal e a Comunidade Quilombola, localizada na porção Sul do município. Tal luta perdurou por cerca de cinquenta anos, tendo seu término em 13 de maio de 1999, quando o Governo do Estado do Pará concede o Título de reconhecimento de domínio das terras aos membros da Comunidade Quilombola (ANANINDEUA, 2006).

expressiva representação, sendo este considerado um dos mais importantes estabelecimentos industriais do Norte do País⁴. Em levantamento realizado em 1956, constatou-se que do total da força de trabalho local apenas cerca de 20% concentravam-se nos ramos da agricultura, pecuária e silvicultura⁵ (ANANINDEUA, 2006).

Segundo estimativa do então Departamento Estadual de Estatística (tabela 1), a população do município no ano de 1956 havia chegado aos 14.995 habitantes, sendo 7.601 residentes no Distrito Sede de Ananindeua (cerca de 50% da população), 2.316 no Distrito de Benevides, 2.347 no Distrito de Benfica e 2.731 no Distrito de Engenheiro Araci (ENCICLOPÉDIA, 1957). As aglomerações urbanas, entretanto, abrigavam apenas cerca de 14% desta população, sendo que aproximadamente 46% dos 2.118 localizavam-se na Cidade de Ananindeua, indicando a não alteração do perfil rural do Município⁶.

Tabela 1- Estimativa da população no município de Ananindeua no ano de 1956

Distrito	População	%
Ananindeua	7601	50,6
Benevides	2316	15,5
Benfica	2347	15,7
Engenheiro Araci	2731	18,2
Total	14995	100

Fonte: Baseado em Enciclopédia, 1957.

O período que compreende entre os anos de 1960 a 1980 corresponde a um momento de transformações aceleradas no espaço regional amazônico como resultado do acelerado processo de urbanização induzido pelo Estado a partir de políticas de planejamento que objetivavam promover a incorporação da fronteira urbana amazônica no contexto da divisão territorial do trabalho (BECKER, 1990). Tal incorporação contribuiu para a (des)organização do espaço regional amazônico, que teve como vetores de transformação a tríade Estrada-terra firme-subsolo (GONCALVES, 2001). O avanço dos processos de urbanização do território e da reestruturação da rede urbana paraense teve sua expressão na produção do espaço metropolitano belenense, com crescimento demográfico e espacial das cidades de Belém e Ananindeua.

A concentração demográfica e espacial na área central da cidade de Belém evidenciado sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, como produto, meio e condição

⁴ ENCICLOPÉDIA, 1957, P. 281.

⁵ ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 281.

⁶ ENCICLOPÉDIA, 1957, P. 280.

do processo de produção da “fronteira urbana amazônica” esteve vinculada a uma lógica-racionalidade espaço-temporal (SOBREIRO FILHO, 2016) marcada pelo estímulo ao modernização do território por parte do Estado (RODRIGUES, 2015; BECKER, 1990). Tais estímulos contribuíram significativamente para uma nova configuração na relação campo-cidade, com o aumento de fluxos migratórios de pessoas das áreas rurais para algumas cidades amazônicas fato que resultou em “inchaço urbano” na cidade de Belém (BECKER, 1990; RODRIGUES, 1998).

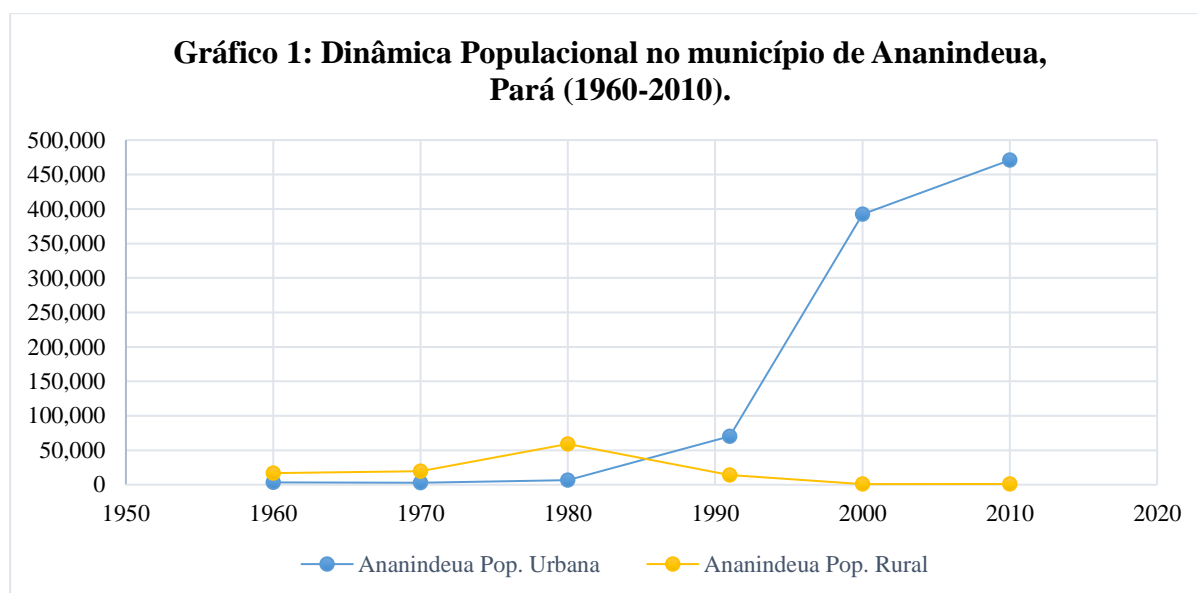
A densidade e intensidade do processo supracitados, vinculados a ações de agentes econômicos, do Estado, contribuíram para a desteritorialização de agentes produtores do espaço que não possuíam demanda solvável para consumir o espaço da área central da cidade de Belém (RODRIGUES, 1998). Naquele momento, ocorreu o processo de dispersão do espaço metropolitano belenense (RODRIGUES, 1998). Tal dispersão da forma urbana está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial, bem como, a relativa expansão de vetores da urbanização que passaram a promover espacializações em direção aos Eixos da BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998).

Naquelas circunstâncias histórico-geográficas, áreas do município de Ananindeua consideradas rurais por parte do poder público, passaram a ser incorporadas rapidamente ao perímetro urbano da capital paraense (RODRIGUES, 1998; BARROS, 2009). Assim, o espaço urbano de Ananindeua se consolida primordialmente a partir da implantação dos conjuntos habitacionais⁷ (RODRIGUES, 1998)⁸.

Do ponto de vista demográfico, o gráfico 1 extraído a partir dos censos do IBGE, permitem expressar a dinâmica populacional do município de Ananindeua, permitindo identificar o período entre os anos de 1980 e começo dos anos de 1990 como momento de rápida e brutal inflexão, quando então a população urbana supera a população rural em número de habitantes.

⁷ Segundo Rodrigues (1998), somente entre 1970 e 1980, cerca de 35 empreendimentos foram financiados pelo governo do Estado, chamando atenção para os conjuntos Jardim Maguari, com 2.580 unidades residenciais e concluído em 1982, Geraldo Palmeiras, com 1.100 unidades e concluído em 1986, o Julia Seffer, concluída em 1984, com cerca de 1.172 unidades, e o Cidade Nova, sendo este último, o maior de todos, composto por nove núcleos, concentrando aproximadamente metade da população do município (RODRIGUES, 1998).

⁸ O diagnóstico do Plano Diretor urbano de Ananindeua realizado no ano de 2006 subdividiu a sede municipal em Bairros da seguinte maneira: Cidade Nova 1, Cidade Nova 2, Cidade Nova 3, Cidade Nova 4, Cidade Nova 5, Cidade Nova 6, Cidade Nova 7, Cidade Nova 8, Jaderlândia, Guajará, PAAR, Atalaia, 40 Horas, Geraldo Palmeira, Guanabara, Heliolândia, Coqueiro, Icuí-Guajará, Aura, Águas Brancas, Maguari, Providência, Águas Lindas, Jibóia Branca, Centro e Julia Seffer, Curuçambá, Icuí-Laranjeiras e o Distrito Industrial (ANANINDEUA, 2006).



Por sua vez, a tabela 2 permite ilustrar uma aceleração das taxas de urbanização no município de Ananindeua, que saltou de 10,4% na década de 1980, para 79,5% na década de 1990, possibilitando demonstrar a intensidade do crescimento demográfico. Um outro aspecto importante evidenciado nos dados dos censos, expressos na tabela 2, diz respeito ao crescimento da população total no município, que saltou de pouco mais de 80.000 habitantes no ano de 1991, para quase 400.000 habitantes nos anos de 2000, fato que demonstra a vertiginosa dinâmica populacional em direção ao referido município da Região Metropolitana de Belém (R.M.B.). A tabela 2 permite ilustrar ainda, que o respectivo município apresenta uma elevada taxa de urbanização (99,8%) para o ano de 2010.

Tabela 2: Dinâmica populacional no município de Ananindeua, Pará.

Período	Pop. Urbana	Pop. Total	Taxa de Urbanização	Pop. Rural
1960	3.353	20.330	16,5%	16.977
1970	2.916	22.527	12,9%	19.611
1980	6.858	66.027	10,4%	59.169
1991	70.051	88.151	79,5%	14.100
2000	392.627	393.569	99,8%	942
2010	470.819	471.980	99,8%	1.161

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Diante dos elementos demográficos apresentados como podemos pensar a relação campo-cidade em Ananindeua? Ainda que as dinâmicas de urbanização tenham avançado sobre o campo ananindeuense de maneira acelerada, a produção agrícola das franjas urbanas de Ananindeua, o modo de vida, a produção artesanal e a atividade pesqueira da

área insular/rural de Ananindeua continuam tendo um papel relevante para o abastecimento de supermercados e feiras de Ananindeua e da capital paraense.

Relação campo-cidade em Ananindeua: expressões e contradições socioespaciais

O período que compreende entre dos anos 2000 ao tempo presente constitui novo momento de formação do espaço metropolitano belenense, marcado por uma sucessão de rupturas e metamorfoses socioespaciais relacionadas ao processo de “*Spreading the Metropolitan Form*”, como condição e resultado de novas dinâmicas urbanas associadas aos processos de reestruturação urbana e metropolitana. O “*Urban Sprawl*” constitui produto do processo de mundialização do capital e de metropolização do espaço, fortemente associada ao avanço de novos agentes econômicos que passaram a se territorializar em áreas próximas dos eixos da BR-316 e Augusto Montenegro, fato que repercutiu em processos de desterritorializações e reterritorialização de populações que viviam as margens das referidas rodovias e que passaram a sofrer esse processo face a valorização do espaço, territorializando-se em outras áreas de municípios mais afastados, que compõem o aglomerado metropolitano belenense (VIEIRA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Tais desterritorializações e reterritorializações estão vinculadas ao processo de produção e consumo desigual na/da cidade. Neste sentido, torna-se evidente nas paisagens urbanas de Ananindeua, as contradições socioespaciais resultantes da divisão social desigual do espaço, expressas nas diferenciações socioespaciais, quando identificamos paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas a produção imobiliária, comércio e serviços (Shopping Centers, Condomínios Fechados localizados em áreas com melhor infraestrutura urbana etc.) voltadas para o atendimento de segmentos sociais que possuem demanda solvável, coexistindo com paisagens que expressam a precariedade das condições de habitação e qualidade de vida, evidenciadas em áreas e bairros periféricos da cidade de Ananindeua.

Em, outras palavras, podemos dizer que o espaço geográfico ananindeuense no início do século XXI constitui-se enquanto um mosaico de espacialidades e territorialidades urbano-rurais que estão diretamente associadas ao processo de produção capitalista do espaço, bem como, à reprodução de relações sociais de produção (capitalistas e não-capitalistas) e suas manifestações socioespaciais. Neste sentido, as formas espaciais dos núcleos centrais da cidade de Ananindeua permitem identificar funções inerentes à condição de centro administrativo, comercial e de serviços, que expressa centralidade a partir da densidade de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços públicos e privados (RODRIGUES, 2017).

Por sua vez, a tabela 3 permite ilustrar que o município de Ananindeua apresenta a maior densidade demográfica, dentre todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, com cerca de 2477,56 hab/Km².

Tabela 3- População, Área e Densidade Demográfica em municípios da Região Metropolitana de Belém, Pará

Município	Total de Habitantes	Área (Km²)	Densidade Demográfica (hab/Km²)
Ananindeua	471 980	190,5	2 477,56
Barcarena	99 859	1 310,3	76,21
Belém	1 393 399	1 059,4	1 315,27
Benevides	51 651	187,8	275
Castanhal	173 149	1 028,9	168,29
Marituba	108 246	103,3	1 047,44
Santa Isabel do Pará	59 466	717,7	82,86

Fonte: Censo do IBGE (2010).

Segundo Rodrigues (2017), o município de Ananindeua apresenta uma lógica de organização interna da cidade, composta por três núcleos centrais principais, quais sejam: Núcleo Cidade Nova, núcleo político administrativo (onde localiza-se a sede do município, bancos, comércio e serviços) e o Eixo da BR-316 entre o quilômetro 1 ao quilômetro 4^o. O processo de reestruturação da cidade pelo qual vem passando os referidos núcleos de Ananindeua encontra-se fortemente relacionada a uma matriz rodoviária imposta pelo governo federal a partir da década de 1960 ao território metropolitano, fato que contribuiu para intensificar o processo de metropolização do espaço e a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais. Por sua vez, as franjas urbanas de Ananindeua constituem elos mais nítidos de mediação entre o rural e o urbano porque carregam consigo uma condição espacial relacionada a divisão social desigual do espaço cujas expressões revelam as contradições resultantes dos processos de urbanização e metropolização do espaço com manifestações no espaço construído.

Não obstante, no município de Ananindeua evidenciamos um “hibridismo espacial” no que concerne à relação campo-cidade, rural urbano, uma vez que, nas franjas urbanas de Ananindeua, assim como na área rural, desenvolvem-se práticas espaciais e coexistências de temporalidades que revelam uma realidade social em que as atividades agrícolas exercem importância para a sobrevivência de moradores do referido município. Para o caso da área

⁹Acerca deste último núcleo, convém ressaltar a expressiva concentração de filias de concessionárias, pertencentes a grandes corporações nacionais e internacionais, como: Honda, Motobel(tratores), Chevrolet, Mercedes-Benz/Rodobens, Nissan, Iveco (caminhões), KIA Motors, Renault, Fiat, Hyundai, Raviera Motors e Volkswagen, além de 5 agências bancárias, 2 supermercados, e um Shopping center (Shopping Castanheira).

insular de Ananindeua, composta por 9 ilhas¹⁰ (VIANA, 2017) a atividade da pesca exerce papel significativo para a reprodução social dos moradores do lugar.

Condição espacial e resistência camponesa na Região Metropolitana: os camponeses do bairro do Curuçambá em Ananindeua

A região metropolitana se apresenta expressivamente complexa pelo amplo conjunto de práticas, espacialidades e relações multi e trans-escalares que se desenvolvem e consubstanciam temporalidades, conectividades, conflitos, racionalidades, articulações que compreendem o processo de produção do espaço perante e para com a natureza. O Rural e o Urbano se apresentam historicamente indissociados no processo de produção, consumo e transformação do espaço desde a perspectiva histórica, com a transformação a partir do encontro de diferentes modelos de produção do espaço até a atualidade. Em outras palavras, temos um processo complexo e conflituoso que *a priori* envolve a invasão portuguesa na região e mais tarde se complexifica, ao longo dos séculos, com a abertura de fazendas/glebas que compreendem um outro modelo de produção do espaço também baseado no viés agrário.

Obviamente que diversas mudanças em termos de modelo de sociedade e seus princípios, valores e lógicas que regulamentam as relações são expressivas ao longo do tempo. No entanto, conforme já destacamos, um dos processos mais relevantes para compreendermos a complexidade desta região metropolitana amazônica emerge com o avanço da urbanização, pois a coexistência, correlação e indissociabilidade pressupõe objetivamente tanto práticas quanto intersubjetividade(s) rural(is)-urbana(s) amazônica(s). Em outras palavras, podemos dizer que essa intersubjetividade reedita e até mesmo dissolve as fronteiras do rural-urbano amazônico a todo momento. Deste modo, alguns pontos parecem extremamente relevantes:

- 1) A Região Metropolitana de Belém e, sobretudo, o município de Ananindeua devem ser compreendidos por objetividades, intersubjetividades e transubjetividades rurais-urbanas amazônicas dialéticas que tornam-se ainda mais evidentes ao longo do tempo histórico;
- 2) No bojo do processo de urbanização e metropolização existe um campesinato que busca resistir, sobretudo, através da organização da produção, tendo a coletividade, a organização e a solidariedade como componentes de parcela de sua lógica;

¹⁰ As ilhas de Ananindeua são denominadas de: João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (VIANA, 2017).

- 3) Este campesinato explicita uma relevância e relações recíprocas, ou seja, o urbano e a metropolização, por mais que sejam a locomotiva de seu processo expropriatório do campesinato, se apresentam com elevado grau de relação e relativa reciprocidade, sobretudo, quanto tomamos como ponto de partida a indissociabilidade Produção-Consumo-Distribuição-Troca;
- 4) Mesmo diante dos processos de expropriação ocorridos na região metropolitana, a mesma ainda é foco para as ações de um campesinato que busca na mesma outro espaço de reprodução socioespacial (vazios urbanos, espaços públicos e privados, bem como áreas de especulação rural e urbana na metrópole): estar na metrópole também é do interesse do camponês e o mesmo busca resistir para isso;
- 5) Por último, buscando reforçar a ideia das intersubjetividades e transubjetividades rurais-urbanas Amazônicas, destacamos a existência de processos multi-escalares e imbricações de fronteiras que evidenciam a impossibilidade de operar a dissociabilidade rural-urbano em Ananindeua. As quantidades e qualidades se transmutam e não se dissociam, bem como são fluídas e não se restringem às ontologias do trabalho, mas à compreensão do modo de vida;

Tais pontos peremptórios à compreensão do rural-urbano permite-nos pensar o papel do campesinato na região metropolitana e suas expressões e narrativas evidenciados a partir de entrevistas realizadas. A princípio destacamos o processo de transferência e, portanto, desterritorialização e reterritorialização em outra área (a atual) deste campesinato ainda no bojo da Região Metropolitana, bem como também o desenvolvimento das intersubjetividades rurais-urbanas mais especificamente, neste caso, no município de Ananindeua, diante do avanço da urbanização e ações do poder público:

Sr. Luiz: [...] Aqui era tudo rural. A nossa história, ela é um pouco longa. Na década de 1969 para 70 nós trabalhávamos na área do cortume Santo Antônio, lá na Terra firme. As áreas lá eram todas da Universidade Federal do Pará. A gente então adquiriu uma concessão através de um arrendamento né, um aforamento que a Universidade dava para os trabalhadores rurais desenvolver pequenas hortas. Nós trabalhamos aproximadamente uns 7 a 8 anos lá. Quando foi na década de 1972 nós fomos transferidos não por falta de terra, mas pela garantia do trabalho para as terras do Maguari aqui em Ananindeua. E nós fomos distribuídos no que hoje é o conjunto da COHAB Cidade Nova 6. A nossa horta era lá onde é o Colégio Godim Lins hoje. Aquela área ali ela era explorada por nós. Quando foi da década de 1979 pra 1980, com a força da urbanização e a construção dos conjuntos habitacionais, nós fomos remanejados de lá pra cá pro Curuçambá, que era onde tinha terra disponível para a agricultura familiar. E nós fomos remanejados através do apoio do BNH, onde o BNH deu todo o suporte, mudança, abertura de áreas, através do trator de esteira [...]. Eles prepararam, nos remanejaram e nós estamos até hoje aqui. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Outro processo extremamente relevante se trata da organização do campesinato com o fito de conquistar avanços organizacionais no sentido produtivo. De formalizações político-jurídicas para poder efetivar o acesso desde o capital usurário até as próprias políticas públicas, bem como o próprio salto de associação à cooperativa foram estratégias para possibilitar a resistência e sua reprodução socioespacial na franja urbana metropolitana belenense:

Ao chegar aqui nós sentimos uma certa dificuldade em fazer uma certa reivindicação para o governo porque nós não tínhamos instituições que nos representasse. Aí nós fundamos uma caixa agrícola apoiada pela Secretaria de Agricultura do Estado que já existia. Não era um estatuto, mas que dava um certo respaldo para o agricultor organizado. Quando foi na década de 1984 a caixa agrícola já fugiu da sua função porque as coisas evoluíram e, com essa evolução, ela não tinha muito respaldo para nos amparar legalmente. Onde surgiu os benefícios para financiamento, empréstimo. Aí nós tivemos que fundar uma associação. Nós fundamos essa associação no ano de 1988, que é esta associação que nós estamos até hoje. Com essa associação as coisas mudaram porque com ela nós passamos a ter acesso a um atendimento pelas instituições governamentais. Quando chegou 2003, a associação já não tinha respaldo para atender as nossas necessidades porque as políticas públicas do governo federal chegaram. O mercado abriu. Aí então nós migramos para cooperativa em 2003. Estamos até hoje na cooperativa aonde nós participamos das políticas públicas do governo através da venda pra merenda escolar, das vendas constitucionais para as universidades, para abrigos, para as creches e assim. A cooperativa é formada por 12 associações. Então nós hoje estamos trabalhando ainda engatinhando porque somos muito pequeninhos para participar dos editais lá fora. Mas existem os enquadramentos, existem os direitos das instituições e depois sobra uma fatiazinha para nós. A nossa esperança é alcançar algo melhor. Mas para isso é preciso que nós se prepare melhor também. Estamos nos fortalecendo através da produção. [...] e com essa situação nós estamos aqui, a evolução vai acontecendo, a urbanização vai pressionando e nós éramos aqui 600 agricultores aqui. Migraram uma parte para o interior. Uma parte está distribuída aqui na metropolitana aonde nós contamos com terras para trabalhar. Dentro do nosso município não tem mais. Mas nós não desistimos e temos aqui a nossa agricultura urbana e periurbana. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Não obstante de parcela expressiva do campesinato, as políticas públicas que garantem a comercialização e renda cumprem função importante no processo na efetivação da resistência pela produção. Destacamos, inclusive, que as mesmas são uma forte base para garantir a resistência deste campesinato, visto que parcela significativa alijada deste processo passa a vender suas terras para adquirir outras em áreas mais longínquas ainda da região metropolitana:

JCR: E os agricultores que migraram, foram para quais municípios?

Sr. Luiz: Eles estão distribuídos pelos municípios de Benevides, do Acará, Santa Bárbara, temos ainda agricultores em Mosqueiro. Aqueles agricultores que tem aptidão para o ramo, eles procuram alternativa para se manterem. Outros fazem campo de futebol, vendem suas propriedades aqui e procuram outro ramo. Mas 1/3 permaneceu. Uns na agricultura periurbana e outros e outras áreas, mas não abandonaram. Com a chegada das políticas públicas nós estamos lutando.

JCR: quais as políticas públicas hoje?

Sr. Luiz: Nós temos o PNAI e o programa do MEC e da SEDUC em que n'ós abastece a merenda escolar. É o sistema que coordena esta política pública de

merenda escolar. [...] é feito uma licitação, pregão, e a gente vai participar. Quem ganhar atende. Quer dizer, não é qualquer um que ganha. Só pode participar agricultores familiares e as instituições que representam. No caso de associação, cooperativa de agricultor familiar, participa. Essa foi uma política pública do governo Lula que veio atender o agricultor familiar que não tinha acesso ao mercado. A outra política pública é o PAA – programa de Aquisição de Alimentos. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Ademais, no atual cenário de golpe e diante de um processo amplo em que o governo Temer executou a agricultura camponesa familiar de quase todas as instâncias organizacionais, operativas e políticas do Estado, este campesinato passa a viver momentos de maior vulnerabilidade sobretudo pela aniquilação das políticas públicas voltadas para a produção e consumo das classes populares subalternas:

Sr. Luiz: este cenário é muito triste para nós agricultores familiares. Hoje o agricultor tem o mercado para vender, mas não tem o produto. Por que que ele não tem o produto? Porque ele não tem apoio para produzir adequadamente para poder atender ao volume de produtos que tem que fazer entrega. Aí você tem que fazer de comunidade em comunidade para poder abastecer a demanda. A dificuldade está em obter apoio tanto do Estado quanto do governo federal, apoiar o agricultor para que ele possa ser abastecido e ter condições de escoar a sua produção. E por ele não ter esse apoio, ele não consegue produzir, pois a cooperativa não é governo, não tem dinheiro para financiar o agricultor. O Restaurante popular era bancado com esta produção da agricultura familiar. O governo através da CONAB pagava os agricultores que deixavam os produtos no restaurante popular. O restaurante popular iria fazer o alimento e vender a preço simbólico para as pessoas pobres. Como essa política pública não é mantida, não é apoiada aqui, os restaurantes populares estão todos fechados por aí. Voltando, as universidades são contempladas para seu restaurante através desta compra do PAA para ter um prato a R\$1,00. Isto era financiado pelo governo federal. Agora está tudo acabado. Não tem nada. O Exército brasileiro. Os editais saem, aí o exército abre licitação. Nós apresentamos a nossa proposta com preço pequeno e então passamos a abastecer o exército. Sai aqueles atravessadores que estavam explorando. Essa política pública foi criada no governo do Lula, antes da Dilma. Agora com o governo Temer praticamente acabou tudo. Nós estamos de mãos abanando, sem poder desenvolver aquilo de tão bom que nós temos. As pessoas dizem assim: “- Senhor Luiz o senhor é PT”. Eu não sou PT, eu não sou coisa nenhuma. Eu sou um produtor rural. E eu tenho, sofro na pele aquilo que não é bom para gente quando o governo vem e estabelece essa política. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

Ademais, destacamos a dupla importância da cooperativa, camponês-consumidor, localizada em uma região metropolitana que convive com a pobreza e com a miséria cotidianamente. Por fim, a Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará Pará – COPG, arregimenta uma ordem ampla de produtores:

Sr. Luiz: São 12 Associações e 700 agricultores. Aqui nas ilhas ela tem a Associação das Ilhas do Igarapé Grande, que tem 200 agricultores. Paulo Fonteles, lá em Mosqueiro, tem 80. O Marimari 1 tem 80, o Marimari 2 tem 80.[...], temos 40 lá na Olga Benário. Aqui na Associação de Agricultores de Ortofrutigrangeiros da Gleba Guajará nós temos uns 200 agricultores, só aqui. A cooperativa atende aqui, mas o domicílio dela é Belém. Porque nós podemos participar da licitação da prefeitura de Ananindeua pela associação e podemos participar da licitação lá da SEDUC pela cooperativa, porque pela prioridade, a instituição tem que ser local. Assim, a nossa

sede da cooperativa fica em Belém, na Avenida Independência. (Entrevista realizada com o Presidente da cooperativa em fevereiro de 2018)

A narrativa de seu Luiz permite-nos apreender as contra-estratégias de resistência de trabalhadores camponeses na Região Metropolitana de Belém, diante das ações promovidas pelo governo federal no sentido de fortalecimento da “razão neoliberal” pautada no estímulo ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar.

Considerações finais

Pensar a relação rural-urbano em Ananindeua pressupõe refletir, do ponto de vista **geral**, o urbano e o rural como categorias analíticas cujas determinações epistemológicas necessitam ser redefinidas e continuamente problematizadas, uma vez que, as mesmas encontram-se vinculadas a tentativas de se pensar o **movimento da práxis social**, prehe de transformações que são operadas em diferentes escalas e dimensões.

Do ponto de vista das **particularidades**, a relação rural-urbano em Ananindeua necessita ser compreendida enquanto processos socioespaciais que possuem determinações amplas, e que encontram-se amalgamados e dialeticamente articulados enquanto perspectivas que permitem-nos pensar relações e contradições inerentes ao contexto histórico-geográfico no qual impõe-se a produção capitalista do espaço na escala amazônica.

Do ponto de vista das **singularidades**, necessitamos compreender a relação rural-urbano enquanto condição espacial imanente à reprodução das relações sociais de produção, o que pressupõe pensar o “hibridismo espacial” do lugar, o plano das convergências socioespaciais e coexistências “entre-lugares”, que para além de exprimirem sociabilidades diversas, permitem pensar a diversidade do urbano e do rural em Ananindeua, enquanto condição de (sobre)vivência e (Re)existência social no contexto de produção dos espaços urbanos-rurais.

A reflexões aqui apresentadas constituem elementos lançados para se pensar o rural e o urbano não como pares dicotômicos que se opõem, mas como processos que resultam de reverberações associadas a ações do Estado, à urbanização do território, metropolização do espaço, bem como, à reprodução das relações sociais de produção, de maneira a se apreender as múltiplas e diversas espacialidades e temporalidades urbanas “submersas” nos espaços vividos da cidade de Ananindeua, enquanto mosaico de manifestações urbano-rurais que permeiam a diversidade do espaço amazônico.

Referências

ABRAMOVAY, **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA, (Texto para discussão), 702, 2000. 33p.

ALONSO, S.; CASTRO, E. R. Políticas, mediações e territórios: interpetação sobre o urbano-rural na Amazônia. **Revista de ciências sociais**. Nº 71, outubro, novembro y diciembre, 2016.

ANANINDEUA (2006). **Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua**, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 2ª edição. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian., 1997. 555p.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1990.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitaker (Org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 33-54.

BRASIL. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XIV. Rio de Janeiro, edição do IBGE, 1957.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1960**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. IBGE. Produto Interno Público dos municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm> Acesso em: 15/02/2017.

CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

CARLOS, A. F. A. a producción contradictoria del espacio urbano y luchas por derechos. **Revista Ciudades**, v. 11, n. 19, p. 130-163, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.39-68, jul./set. 1988.

COSTA, B. S. **Relações entre padrões e operários no pará do século xx: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade ananindeuense**. Monografia de Conclusão de Curso (História). ESMAC. 2009.

CRUZ, E. **A Estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Magon Whitaker (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo " As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea". Belo Horizonte, UGMG, 2006.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3ª ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1969.

MARÍN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. **No caminho das pedras do Abacatal: experiência de grupos negros no Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1999

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhas ambiental**. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, Ediorfe. **Obras reunidas de Ediorfe**. Belém: CEJUP, 1989.

PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. **Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).

ROCHA, Gilberto M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia**. Belém: UFPA;NUMA, 2008.

RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém, NAEA, 1997.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2015.

RODRIGUES, L. L. C. **Reestruturação da cidade: centro e centralidade urbana de Ananindeua a partir dos equipamentos e serviços urbanos essenciais no Eixo da BR-316, km4**. Belém, (Monografia) Graduação de Geografia, Universidade da Amazônia, 2017.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SIROTHEAU, J. L. Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade do Abacatal (Pará). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Belém, Pará, 2012.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. Geografia em Questão, M. Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. GeoGraphos, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015. _____ . Ocupações de Terra no Brasil

(1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. GeoGraphos, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa**: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 301p.

VIANA, J. M. M. R. **Atividade Pesqueira e organização social**: o caso das comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro, Ananindeua, Pará. Belém, 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

VIEIRA, D. C. M.; RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Mapeamento e análise de desigualdades socioespaciais: abordagem interpretativa a partir da cidade de Belém, Pará. **Geosaberes**. Fortaleza, v.9, nº 17, p.1-21, jan-abr, 2018.

Weinstein, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. Edusp, São Paulo: Hucitec, 1993.

Sobre os autores

Jovenildo Cardoso Rodrigues – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará; Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista; Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará.

José Sobreiro Filho – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil.

Adolfo Oliveira Neto – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará e em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará; Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará” foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **Jovenildo Cardoso Rodrigues**, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica e levantamento de dados relativos ao espaço urbano. O segundo autor **José Sobreiro Filho**, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica

relativa ao espaço agrário. O terceiro autor **Adolfo da Costa Oliveira Neto**, ficou responsável pela construção das representações gráficas, revisão textual e tradução.

Recebido para publicação em 07 de setembro de 2017
Devolvido para a revisão em 30 de setembro de 2017
Aceito para a publicação em 12 de janeiro de 2018
